



## **SUPERVISÃO DE ESTÁGIO ENQUANTO ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS SUPERVISORES DE PARAÍBA DO SUL E TRÊS RIOS-RJ**

### **INTERNSHIP SUPERVISION AS PRIVATE ASSIGNMENT OF THE SOCIAL WORKER: AN ANALYSIS OF THE PROFILE OF THE SUPERVISORY PROFESSIONALS FROM PARAÍBA DO SUL AND TRÊS RIOS-RJ**

Sueli do Nascimento<sup>1</sup>  
Jaqueline de Melo Barros<sup>2</sup>  
Ricardo William Guimarães Machado<sup>3</sup>

**Resumo:** O estágio supervisionado em Serviço Social configura-se como elemento fundante na formação e no ensino do exercício profissional de assistente social, visto que se torna um dos pilares no processo de construção da identidade profissional. Diante disto, o texto tem o papel de mostrar a relevância da atuação do Supervisor de Campo, assim temos como objetivo mapear o campo de estágio do Curso de Serviço Social e traçar o perfil dos supervisores de campo ligados a UniRedentor. Para tanto problematizamos as legislações e normativas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social, refletimos sobre o exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio identificando limites e possibilidades de sua atuação através de uma análise fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e com aplicação de formulário online respondido, massivamente, pelos questionados. E, por fim, tecemos algumas considerações, que apontam a importância do Projeto Ético-Político do Serviço Social na formação profissional.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente da UniRedentor - Paraíba do Sul. Membro do Núcleo Maria Congas e Andorinhas CRESS-RJ. E-mail: susucimento@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente e Coordenadora do Curso em Serviço Social da UniRedentor – Paraíba do Sul. E-mail: jaquelineb@redentor.edu.br

<sup>3</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social - ABEU Centro Universitário. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Docente do curso de Serviço Social - UniRedentor – Paraíba do Sul. E-mail: wpgerj@gmail.com

**Palavras-chave:** Educação, Formação Profissional; Estágio Supervisionado; Serviço Social.

**Abstract:** The supervised internship in Social Work is a fundamental element in the training and teaching of the professional practice of social workers, since it becomes one of the pillars in the process of building professional identity. Given this, the text has the role of showing the relevance of the field supervisor's performance, so we aim to map the internship field of the Social Service Course and outline the profile of the field supervisors linked to UniRedentor. To that end, we problematize the laws and regulations pertinent to the supervised internship in Social Work, we reflect on the professional practice of the social worker as a supervisor of the internship field, identifying limits and possibilities of his performance through a problematization based on a bibliographic research and application of a form. online answered, massively, by the respondents. And, finally, we make some considerations, which point out the importance of the Social Service's Ethical-Political Project in professional training.

**Keywords:** Education; Professional Training; Supervised internship; Social service

## INTRODUÇÃO

A discussão em torno do estágio supervisionado constitui-se como premissa fundamental para construção da identidade profissional e priorizar essa etapa da formação é ultrapassar os limites da sala de aula. Desta forma

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente. (BURIOLLA, 1996, p.13).

A importância do processo formativo, tendo como referência os aspectos normativos e operacionais, inclui um tripé constituído por três sujeitos: supervisor de campo, supervisor acadêmico e o estagiário. Cada participante do estágio possui suas singularidades e particularidades, neste caso, nosso principal sujeito de análise será representado pelo supervisor de campo, articulando tal apreciação com as exigências curriculares definidas pelas entidades representativas, além dos aspectos legais, administrativos, éticos e técnicos do estágio, incluindo a Política Nacional de Estágio; a Resolução 533 CFESS, que dispõe sob a supervisão direta de estágio em Serviço Social.

Este artigo tem o objetivo de levantar o perfil profissional dos assistentes sociais que atuam enquanto supervisor de estágio nas cidades de Paraíba do Sul e Três Rios (cidades do estado do RJ) tomando como ponto de partida aqueles supervisores de campo atrelados ao Curso de Serviço Social da UniRedentor-Paraíba do Sul - e desta forma realizar um estudo que proporcione a formação de uma reflexão a qual compreenda a práxis profissional.

Compreendemos que o campo de estágio não pode ser visto como um espaço estático e, sim dinâmico, em que os sujeitos - estagiário e supervisores acadêmicos e de campo - exercem influência reflexiva a qual leva a uma intervenção profissional e, garantindo assim, a efetivação dos princípios do Código de Ética Profissional como a defesa intransigente dos direitos humanos; a ampliação e consolidação da cidadania; a defesa do aprofundamento da democracia e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

Desta forma precisamos nos remeter a Souza, (2009, p. 53) ao falar do estágio supervisionado:

Enquanto campo de treinamento da prática profissional do Serviço Social, o estagiário vivencia as relações sócio-históricas, dialéticas e contraditórias existentes nesse espaço, compreendendo a dinâmica peculiar do trabalho. Assim, ao entrar em contato com essa realidade, o estagiário tem a possibilidade de decifrar as relações institucionais e elaborar novos conhecimentos a partir do conhecimento das expressões da questão social que constituem o objeto de intervenção profissional.

Assim é no estágio supervisionado, enquanto vivência sócio-histórica, dialética e contraditória, que visibilizamos a relevância de estudar a realidade do exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo. Essa atuação pode retratar os enfrentamentos cotidianos da precarização do trabalho e das políticas sociais, bem como do exercício da relativa autonomia.

Os profissionais do Serviço Social são uma categoria politizada, que possuem um Projeto Ético Político, que “tem a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem a dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CRESS/RJ, 2008, p.34). Mas o que acontece com o assistente social que vende a sua força de trabalho para as instituições públicas e privadas e vê-se com escassas possibilidades de lutar contra

situação de opressão e exploração? Este questionamento, como outros, move-nos em direção de atender ao objetivo de pesquisa ora apresentado.

Com isso, consideramos primordial dar voz aos supervisores de campo para que possamos construir um plano de ação que favoreça a qualidade do ensino na formação e no exercício profissional tomando como referência o projeto ético-político do Serviço Social, para tanto seguimos para o próximo tópico, a metodologia.

## METODOLOGIA

A pesquisa que apresentamos tem como intenção potencializar a discussão em torno da Supervisão de Estágio, visto que o mesmo vem enfrentando inúmeros desafios para sua implementação no processo de formação.

Ao refletirmos sobre o exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio, sendo uma das atribuições privativa do assistente social, bem como, buscar entender a partir dos supervisores de campo quais as facilidades e dificuldades no processo de supervisão para fomentar atividades como: Encontro de assistentes sociais, Fóruns de Supervisão de Estágio e cursos de Extensão.

Consideramos de extrema importância, também, a necessidade direta de conhecer esses profissionais que desempenham papel fundamental no processo formativo dos alunos. Com esse intuito, foi construído um questionário online, a partir de uma ferramenta do formulário Google, com perguntas abertas e fechadas, aplicado no mês de abril de 2020. Este instrumento possibilitou traçar o perfil dos Assistentes Sociais, entender sua relação com a supervisão de estágio e onde pudessem expor sua opinião sobre os principais desafios, limites e dificuldades que envolvesse a supervisão.

Além do instrumento de mediação com os Supervisores de Campo que é o formulário, buscamos realizar uma pesquisa bibliográfica a fim de esclarecer e iluminar o percurso das análises dos dados nos seguintes termos: definir o que seja espaço ocupacional lugar do estágio supervisionado, pensar nas atribuições do supervisor de campo e formas avaliativas do estagiário e fundamentar o debate da importância do estágio supervisionado relacionado com o processo de formação.

Assessoramo-nos, também, de uma pesquisa documental para problematizar as legislações e normativas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social e, assim, visitamos as seguintes normativas: a Lei de Regulamentação da profissão (8.662/93); Código de Ética Profissional (1993); Lei de Estágio - Lei 11.788/08; Resolução CFESS 533/08 e Política Nacional de Estágio (2010), pois favoreceu identificar o perfil profissional construído pela categoria nos últimos anos.

Esta pesquisa não teve o intuito de conhecer diretamente as condições de trabalho e de execução do trabalho nos respectivos campos de estágio, deixando a margem para uma futura pesquisa mais aprofundada no assunto. Por isso, nosso foco é conhecer e mapear o perfil dos Assistentes Sociais que exercem a supervisão de estágio dos alunos matriculados na UniRedentor – Paraíba do Sul. Assim passemos para as sínteses dos resultados da pesquisa

#### ESTUDO DE CASO: O PERFIL DOS SUPERVISORES DE CAMPO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL UNIRENTOR – PARAÍBA DO SUL - RJ

Partimos do pressuposto de que para entender os dados sobre mapeamento do campo de estágio e o perfil profissional seria necessário apresentar o contexto de organização das cidades, onde se localizam os espaços ocupacionais nos quais os supervisores de campo atuam enquanto assistentes sociais. Assim iniciamos com o município de Paraíba do Sul, o qual possui uma área territorial de 571,118 km<sup>2</sup> segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele faz divisa com o estado de Minas Gerais e possui as seguintes cidades limítrofes: Três Rios, Comendador Levy Gasparian, Petrópolis, Vassouras, entre outros. Paraíba do Sul possui uma divisão administrativa que pode ser visualizada da seguinte forma: Paraíba do Sul (sede), Vila Salutaris (2º Distrito), Inconfidência (3º Distrito) e por fim Werneck (4º Distrito) de acordo os dados coletados no site da prefeitura. Segundo os dados levantados pelo IBGE, isto é, conforme o último censo realizado em 2010, Paraíba do Sul possuía uma população de 41.084 pessoas com a estimativa que chegasse a 44.045 pessoas no ano de 2019.

Já o município de Três Rios com uma área territorial de 322,843 km<sup>2</sup> de acordo com os dados coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui como vizinhos os municípios de Paraíba do

Sul, Comendador Levy Gasparian, entre outros. De acordo com Teixeira (2004, p.62), Três Rios possui o 1º distrito que é a sede do município onde fica localizado a cidade como também os bairros e o 2º distrito é Bemposta. Segundo os dados levantados pelo IBGE de acordo com o último censo realizado no ano de 2010, Três Rios possuía uma população de 77.432 pessoas tendo a estimativa que chegasse a uma população de 81.453 pessoas no ano de 2019.

Compreendendo assim que mesmo o município de Três Rios comparado a Paraíba do Sul seja menor em relação à área territorial, a quantidade de habitantes era significativamente maior, estimando uma diferença de 36.348 pessoas entre os dois municípios em 2010 e 37.408 pessoas em 2019.

Assim o mapa dos campos de estágio em Serviço Social da UniRedentor-Paraíba do Sul é facilitado pela proximidade das cidades em questão. O curso de Serviço Social conta com 19 campos de estágio, absorvendo 34 alunos de quinto e sétimo período sob a supervisão de 21 assistentes sociais que exercem a função de supervisão direta desses estagiários. Dos campos citados, observamos a distribuição dos alunos de acordo com as seguintes áreas: política de Saúde (13), política de Assistência Social (11), política de Educação e Organizações Não-governamentais (ONGs) possuem concomitantemente 3 em cada, e política do Idoso (2). Os campos de estágio são bem equiparados nos dois municípios de abrangência da Faculdade: Paraíba do Sul compreendendo 14 alunos no setor público e 4 no campo da filantropia; e Três Rios com 13 alunos no setor público e 3 em ONGs.

Vale ressaltar que são 34 discentes em processo de supervisão direta com 21 assistentes sociais e a pesquisa recebeu 20 formulários respondidos e uma profissional não desejou responder. O formulário *google forms* foi encaminhado via internet após o levantamento das informações sobre e-mail e número de WhatsApp, considerando uma participação expressiva dos envolvidos em responder o questionário online.

Iniciamos os procedimentos analíticos discutindo a questão de gênero na profissão, ou seja 95% dos respondentes são do sexo feminino e 5% do sexo masculino, evidenciando um fator histórico dos fundamentos do Serviço Social no que se refere ao predomínio de atuação das mulheres.

Quando buscamos saber sobre a autodenominação de cor do profissional, levantamos os seguintes dados: 50% se autodenominaram branca, 25% respectivamente parda e preta.

No que se refere a faixa etária tivemos: 40% - 30/40 anos; 30% - 40/50 anos; 15% - 50-60 anos; 10% 20/30 anos e 5% 60/70 anos. Estes dados demonstram a primazia entre aqueles de 30 e 40 anos, mas também aponta a atuação profissional daqueles (as) com 50/70 anos.

Ao nos informar sobre a religião que professam os respondentes ficaram assim divididos, dos 20 formulários apenas 11 responderam à pergunta em questão. Desses 11 obtivemos 27,3% respectivamente de Católico e Evangélico, outros 9% respectivamente se dividiram entre Testemunha de Jeová, Cristã-protestante e Cristã e por fim 18% se enquadraram na categoria não se aplica.

Outro dado de extrema relevância para o perfil foi o ano de formação, pois ele pode apontar se teve contato com as Diretrizes Curriculares (1996) no que se refere ao perfil profissional. Este quesito ficou assim expresso: 10% se formaram antes de 1996 e 90% após a promulgação das Diretrizes. Neste caso vale apresentar os dados daqueles que se formaram entre 1987-1997 – 15%, aqueles entre 2002-2010 – 55%, e outros entre 2011 – 2016 – 30%. Observa-se 55% abrangem o período de promulgação Lei de Estágio - 11.788/08 e Resolução CFESS 533/08 junto com a legislação anterior e outros 30% alcançaram a Política Nacional de Estágio (2010) e as legislações precedentes.

Buscamos identificar as instituições de ensino e ficou assim distribuídas: 5% respectivamente Estácio, Uibra, Universo e Outros; 10% Unitins, UERJ, UFF, UFRJ e UNIFOA; 30% UFJF. Observa-se que grande parte dos profissionais são formados pela Universidade Federal de Juiz de Fora, compreende-se esta primazia dada a proximidade com a divisa do estado do Rio de Janeiro a partir de Paraíba do Sul e Três Rios.

Atentamo-nos para saber a modalidade de formação e foi identificado o seguinte registro: presencial 80%; semipresencial 5% e Ead 15%. Os dados mostram que a maioria é formada na modalidade presencial, entretanto já se percebe a presença da formação em outras modalidades de ensino.

Quanto a capacitação continuada foi analisada que 35% pararam na graduação, 70% buscaram uma especialização e 10% possuem residência. Os dados demonstram que o nível de capacitação predominante é a especialização.

No que se refere ao tempo de atuação enquanto assistente social nos deparamos com os seguintes dados: 60% possuem entre 1-10 anos de trabalho, 25% de 11-20 anos de trabalho; 10% de 21-30 anos de trabalho e 5% 30 anos ou mais. Estes dados nos apontam que os profissionais em grande maioria estão no início da carreira e em contrapartida temos 15% com mais de 20 anos de profissão. Estes dados nos colocam o desafio de desenvolver um processo de capacitação continuada para os profissionais da região.

Buscamos avaliar o tipo de vínculo empregatício e obtivemos os seguintes dados: 90% são concursados e estatutário e 10% são contratados. A região de abrangência da UniRedentor-Paraíba do Sul onde desenvolvemos a pesquisa teve um processo de regularização de concursos orientado pelo Ministério Público nos últimos anos, assim os dados apontam a primazia do vínculo concursado.

Já no que se refere a carga horária de trabalho semanal: 35% têm suas atividades laborativas em 30 horas de trabalho semanal, 30% têm 20 horas, 15% têm 40 horas, 10% têm 50 horas e 5 % têm respectivamente 12 horas e 60 horas. As informações coletadas apontam que a lei das 30 horas vem sendo predominante com 35% dos respondentes, entretanto observa-se carga horária de trabalho 50 e 60 horas, apontando duas ou até três jornadas em vínculos diferentes demonstrando um processo que pode ser vinculado a intensificação do trabalho e do processo de precarização levando com que os profissionais trabalhem mais de 30 horas conforme diretrizes legais da profissão.

Quando refletimos sobre a margem salarial temos: 50% dos respondentes informaram que recebem de 1 a 2 salários mínimos; 3 a 4 salários 35%, 5 a 6 salários mínimos 5% e não quiseram declarar 10%. Podemos aferir que aqueles que se localizam na faixa de mais de 4 salários mínimos podem possuir uma carga horária de mais de 30 horas semanais e mais de dois vínculos. Tal análise pode apontar a dificuldade de empreender uma capacitação continuada.

Todos os supervisores respeitam a resolução 533/08 a qual estabelece o recebimento de 1 estagiário a cada 10h trabalhadas, assim observamos que

supervisionam de 1 a 3 estagiários, sendo que 40% apenas 1 estagiário, 40% possuem 2 e 20% supervisionam 3 estagiários. Ao considerarmos as instituições concedentes de estágio, 50% delas recebem exclusivamente os alunos da UniRedentor, e as instituições que recebem discentes de outras unidades de formação, podemos analisar que 50% destas tem apenas uma estagiária.

Ao ponderarmos sobre o tempo de trabalho nestas instituições, verificamos que predominam o período de 4 a 6 anos, representados por 35% das supervisoras, seguidos de 30% que trabalham de 7 a 10 anos, 25% de 1 a 3 anos, e 10% até um ano. Esse último dado, decorre de terem sido convocadas pelo último concurso municipal realizado em 2018.

Quanto a participação social desses profissionais, 55% responderam que estão inseridos em algum espaço de controle social, reafirmando o compromisso da categoria de articular-se em movimentos sociais desde que partilhem do projeto ético-político. Dentre os que sinalizaram sua participação, 64% participam de Conselhos de direitos, 18% em partidos políticos e 18% participam de outros espaços de reflexão. Convergindo nessa perspectiva, ao perguntamos sobre a frequência de participação em eventos relacionados a profissão, constatamos o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, ao apontar que 75% dos supervisores afirmaram sua participação de eventos relacionados a profissão, enquanto 25% destacam a infrequência nos eventos.

Outro aspecto relevante refere-se à supervisão direta do estágio, considerando a ação conjunta entre supervisores campo e acadêmico em encontros periódicos, conforme estabelecidos pela PNE (2010), os dados apontam que 70% dos profissionais mantêm contato com docente da disciplina, 15% fazem em parte e apenas 15% não fazem. Acrescentando o estreitamento desta relação perguntamos se o mesmo ocorria com a Coordenação de Curso e 65% apontaram que fazem contato, enquanto 15% tem em parte e 20% não realizam.

No que tange aos aspectos legais, centramos nossas análises em três legislações de referência, a Lei 11788/2008, a qual sistematiza os aspectos gerais de estágio, que apenas uma profissional não conhece; a resolução do CFESS 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social e a Política Nacional de Estágio de 2010 da ABEPSS.

Sobre a Resolução do CFESS 533/2008, apenas dois responderam que não conhecem e aqueles que afirmaram conhecer a consideram de extrema relevância por fornecer orientação e o direcionamento do processo de supervisão do estágio, além de reforçar sua pertinência para o processo de aprendizagem e formação profissional.

Sobre a política nacional de estágio da ABEPSS, 40% afirmam que leu, 45% em parte e 20% não leram. Os respondentes destacam que tal política é um esforço coletivo da categoria com o intuito de discutir a temática de estágio com o propósito de elucidar as bases necessárias para o processo de estágio curricular em serviço social, além de ressaltarem a importância da direção ético-política dentro desse processo para superação de limites e adversidades no tocante ao assunto.

Quando perguntado sobre a Campanha: "Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio - A supervisão qualifica a formação e o trabalho", lançada pelo conjunto CFESS/CRESS em novembro de 2017, a qual possuía uma direção político-pedagógica do estágio supervisionado em Serviço Social, utilizada como uma das estratégias fortalecimento e valorização do processo de supervisão de estágio, observamos que 80% não tomaram conhecimento, 15% responderam que sim e 5% em parte. O número expressivo de profissionais que não a conhecem evidencia uma série de questionamentos, porém que necessitaria de análises mais aprofundadas para nos debruçarmos a respeito, ainda que nossa primeira hipótese seja a inexistência de unidades de formação acadêmica da região, que dificulta o fomento das discussões entre as instituições representativas da categoria, visto que apenas em fevereiro de 2017 foi implantado o primeiro curso de Serviço Social presencial da região, sendo sua primeira turma de estágio inserida em 2019.

Outro elemento fundamental, é a necessidade de trazermos a seccional de Volta Redonda - CRESS/RJ, que abrange a área da pesquisa, para o debate e envolvimento no processo de Formação do Fórum de Supervisores a fim de facilitar a comunicação e a participação dos profissionais da região de Paraíba do Sul e Três Rios nas campanhas e movimentos da categoria.

Sinalizamos ainda que embora uma pequena parcela tenha tomado conhecimento, enfatizam sobre a importância de conhece-la como um instrumento de trocas entre profissionais e estagiários no processo mutuo de aprendizados,

engrandecendo o conhecimento que o aluno leva da universidade para os campos de estágio, além de impulsionar a valorização e sensibilização quanto aos campos de estágio.

Ao pensarmos sobre desafios, limites e dificuldades no processo de supervisão não restringimos a relação com a UniRedentor, ao contrário, solicitamos uma reflexão em âmbito macro, visto que tanto os supervisores quanto as instituições recebem discentes de outras instituições e também para que posteriormente pudéssemos pensar estratégias de enfrentamento a esses entraves.

No que tange aos desafios de estágio identificamos 55% são pertinentes a garantia de qualidade da formação do aluno na supervisão direta, enquanto 40% indicaram limitações institucionais que desqualificam a profissão e não garantem condições adequadas para a supervisão dos estagiários; 5% consideraram a falta de tempo e a classificação do estagiário pelos membros da instituição concedente como mão de obra barata.

Encontramos como dificuldades, cerca de 50% deles, questões pertinentes as condições de trabalho, o que por sua vez repercutem nas condições para realização da supervisão no campo de estágio. Outros apontam o tempo destinado ao seu cotidiano de trabalho e a realização desse processo em um ambiente/local seguro, sigiloso e reservado. O segundo item mais enfatizado, 25%, consiste na correlação de forças institucionais no reconhecimento e respeito a realização da supervisão direta de estágio.

Algumas questões particulares foram destacadas, e em algumas respostas individuais nos deparamos como itens como: o despreparo do profissional e/ou do aluno no processo de supervisão/formação, como exemplo, alunos que buscam apenas se formar sem se comprometer com uma aprendizagem de qualidade, supervisores recém-formados, atribuições não particulares ao fazer do Serviço social; e a supervisão de alunos de formação oriundos da modalidade EAD, que apesar de não se constituírem como universo desta pesquisa, cabe aqui destacar que o Curso de Serviço Social está no centro deste “furacão”, considerando a

criação acelerada e porque não dizer descontrolada da modalidade e na corrida ao chamado “pote de ouro” a Região Sudeste saiu na frente<sup>4</sup>.

A proliferação dos cursos despertou a preocupação no processo de formação da categoria, questionando-se a capacidade de formar assistentes sociais críticos, conforme o perfil preconizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996. Ou se a mesma se limita a uma formação “aligeirada, mercantilizada e, portanto, com poucas chances de concretizar o perfil de um profissional crítico e competente teórica, técnica, ética e politicamente” (PEREIRA, 2008, p. 194).

65% dos participantes disseram que há limites no processo de supervisão, dentre os principais foram indicados: em maioria quanto a questões estruturais e institucionais, seguidas de questões formativas, éticas, da liberdade de atuação dos estagiários e quantidade de supervisionados. Já os 35% que responderam não identificar limites nesse processo afirmam que as estagiárias atingem uma maturidade em sua atuação e se mostram comprometidas com o processo.

Ao considerar a importância do estágio supervisionado, os sujeitos apontaram elementos importantes. Em primeiro lugar se destaca o lugar fundamental e indispensável na formação de profissionais críticos, capazes de ler a realidade social e preparados para enfrentar a questão social. Em seguida, salientam o preparo e a troca de saberes entre o supervisor e o estagiário, imprescindível para o exercício do trabalho do serviço social e, essencialmente, o estímulo ao compromisso ético-político entre ambas as partes. Por fim, demonstra a importância da relação entre teoria e prática, o contato do estagiário com o público atendido, a sistematização das práticas executadas e avaliação das demandas e intervenções, contribuindo com a reflexão contínua dos assistentes sociais supervisores sobre seu papel na profissão.

Dados os desafios, dificuldades e limites percebe-se em grande monta todo o processo de desqualificação do trabalho e das políticas sociais que rebatem diretamente no fazer profissional do assistente social. Tal situação vem colocando

---

<sup>4</sup> Na contemporaneidade, justifica a existência de 47 (quarenta e sete) Unidades de Formação Acadêmicas que oferecem o Curso de Serviço Social<sup>4</sup> somente no Estado do Rio de Janeiro, sendo 5 (cinco) instituições públicas; 16 (dezesesseis) privadas presenciais e 26 (vinte e seis) privadas de modalidade a distância. (Fonte: BRASIL.INEP/MEC, 2020).

como pressuposto compreender a necessidade de reforçar a relativa autonomia profissional na criação de estratégia no interior do processo de trabalho a fim de garantir a não intervenção de outros profissionais nos procedimentos técnicos profissionais e no tempo para a supervisão de estágio. Com isso, precisamos fundamentar teoricamente os dados a seguir.

## ESPAÇO OCUPACIONAL O LUGAR DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste momento vamos discutir os dados analisados tomando como debate de investigação os espaços ocupacionais dos profissionais respondentes e a supervisão de estágio. Para tanto, tomamos como ponto inicial lamamoto (2009), pois tem uma discussão de referência para pensar os espaços ocupacionais, que segundo suas análises a expansão destes espaços ocorreu no processo de revitalização da acumulação do capital em um cenário de crise mundial. Este cenário tem as finanças e a necessidade de superprodução de lucros como elementos fundantes e isto vai impactar o universo do trabalho e dos direitos.

A superação da crise está baseada, conforme a autora, na intensificação da exploração e expropriação da mais valia dos trabalhadores, o aumento da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial, o que compromete diretamente a segurança dos recursos naturais necessários à preservação da vida e direitos sociais e humanos dos trabalhadores no conjunto da sociedade.

A situação exposta por lamamoto (2009) coloca em evidência as expressões da questão social e as ameaças ao processo acumulativo do capital, levando a condições de seu tratamento via cunho político, que se expressam em projetos para a sociedade. Neste sentido, as inúmeras faces da questão social apresentam tensões complexas na relação de consentimento e rebeldia, onde está localizada a expansão do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social. Tal expansão também é acompanhada das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe e da despolização das necessidades e lutas sociais. Outro elemento, é o processo empreendido das contrarreformas do Estado que atinge

diretamente as políticas sociais e o processo de reestruturação produtiva, que impacta as relações e as condições de trabalho.

Tais elementos podem explicar as alterações nos espaços ocupacionais segundo Lamamoto (2009), pois expressão a dinâmica do capitalismo, a composição do poder político e no seu interior os conflitos entre classes, que em consequência produz uma regressividade dos direitos sociais. Os espaços ocupacionais apresentam as particularidades das condições e relações de trabalho existentes na sociedade brasileira, que passa por inovações tecnológicas e organizacionais, levando ao aumento da produtividade e intensificação do trabalho, bem como nasce novas demandas profissionais vinculadas a novas competências, habilidades e atribuições. Acrescenta-se uma exigência de capacitação acadêmica relacionada as transparências nas relações interprofissionais e o direcionamento ético-político e técnico do trabalho profissional.

É interessante entender o espaço ocupacional como um produto de processo histórico e que está condicionado ao que Lamamoto (2009, p.344) menciona: “a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. ” Estes condicionamentos mostram que o trabalho profissional é resultante da história dos seus sujeitos, onde as contradições e conflitos podem forjar marcas e respostas a demandas, possibilitando a capacidade analítica da realidade social.

Por outro lado, Mota (2014) nos orienta dizendo que aparecem novos espaços ocupacionais e competências profissionais, que interagem com os antigos, e, com isso, revelando alterações no mercado de trabalho. Tais alterações se concretizam com o surgimento de demandas e conteúdo para as atividades dos assistentes sociais, e, ainda, um leque de novas problematizações e contribuições de conhecimentos que atingem a prática profissional, o ensino e os campos de estágio curriculares.

Os campos de estágios são espaços ocupacionais que retratam tanto o exercício profissional como o processo de aprendizagem do aluno na relação do que adquire de formação teórica no ensino. E esse processo de formação sofre com os

impactos das transformações do mundo do trabalho e das reformas contínuas empreendidas pelo Estado e pelo setor privado.

De acordo com Guerra (2016) as competências socioprofissionais e políticas são basilares para o estágio supervisionado que tem, prioritariamente, a capacidade de propiciar a síntese entre o exercício e formação profissional, e as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, mas também das condições sob as quais a formação profissional se realiza.

Desta forma, recai sobre a supervisão os condicionantes do mercado de trabalho e da formação profissional, já que ambos estão submetidos a precarização e que pode comprometer o andamento do estágio, com isso é importante que haja reflexões consistentes para pensar e refletir a realidade social brasileira para que não caiamos no messianismo e no voluntarismo.

Assim, apesar de toda a conjuntura de precarização das condições de trabalho, o estágio supervisionado, conforme as ponderações de Guerra (2016), coloca a necessidade de pensarmos os espaços ocupacionais, onde se apresenta uma lógica de aprendizagem e orientação profissional, que tem interação com as diretrizes da formação profissional, produto de uma construção coletiva que envolveu entidades representativas da categoria de Assistentes Sociais e dos diversos segmentos.

Para Guerra (2016) deve existir a mediação entre o assalariamento, as condições de trabalho do assistente social e a condição de trabalhador participe do trabalho socialmente produzido. A autora expõe que o assistente social, enquanto trabalhador, sofre com as formas precarizadas e informais de contratação; a extensão de sua carga horária; os processos de desregulamentação; intensificação; informatização; simplificação do trabalho e normatização burocrática; a banalização das atividades complexas e específicas, e, a hierarquização entre os profissionais.

É no espaço do estágio supervisionado, segundo Guerra (2016), que o estudante mobiliza os seus conhecimentos adquiridos na unidade de ensino, através da intervenção do supervisor de campo, a fim de retornar ao mundo acadêmico para realizar sínteses no processo de ensino-aprendizado. Desta forma, permitindo que os marcos históricos da formação socioeconômica, ideopolítica e cultural brasileira,

apreendidos como conteúdos teóricos na academia possam sofrer mediações que produzam reflexões sobre os processos sociais e o cotidiano institucional.

A importância do estágio supervisionado para a formação profissional se consolida na demonstração do processo de trabalho onde se insere o Serviço Social, bem como, estabelece interação da realidade com a consciência do estagiário, levando ao confronto de conhecimento, o questionamento, a reflexão. Neste espaço o estagiário tem a possibilidade de apanhar o significado da profissão a partir das relações sociais, perceber o lugar em que ele ocupa na divisão do trabalho, na sociabilidade dominante, perceber os antagonismos de interesses postas a profissão, bem como as respostas e os meios mobilizados para atender as demandas.

O estágio supervisionado, segundo Guerra (2016), deve ser considerado a expressão mais adiantada da unidade entre teoria e prática, ou seja, uma unidade dialética e interdependente, que implica confrontos, aproximações, afastamentos e diferenciações. Desta forma, permite uma ação teórica para pensar a realidade, sistematizar práticas, construir saberes técnicos-operativos, a obtenção de habilidades, competências e exercício de valores éticos.

Vale lembrar que estas considerações de Guerra (2016) também são ressaltadas por Ortiz (2016) quando menciona que estágio tem um lugar central na formação profissional, pois possibilita ao aluno uma qualificação do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo. Para ela a disciplina Estágio é um espaço privilegiado para a realização da síntese, pois se deve levar em consideração que é através da observação e análise de situações e demandas cotidianas que surgem no campo de estágio, onde pode o estudante se confrontar com a realidade socioeconômica e se localizar no cume da formação profissional.

Nessa mesma linha analítica temos Santos, Gomes e Lopes (2016) afirmando que o estágio:

É o momento em que a estudante experiencia o exercício profissional, em um determinado espaço ocupacional, sempre acompanhado de um profissional de serviço social (seja ele o seu supervisor ou outro profissional da instituição). Já a supervisão é o momento em que o profissional

responsável pela supervisão de campo e acadêmica e o estudante se dedicam a pensar sobre o exercício profissional: os fundamentos da profissão e a realidade que se apresenta neste determinado espaço ocupacional, tendo como fundamento determinado aporte teórico, ético-político e técnico-operativo que constituem as dimensões da profissão. (SANTOS, GOMES e LOPES, 2016, p.216-217)

A compreensão das linhas de reflexão de Guerra (2016), Ortiz (2016) e por fim Santos, Gomes e Lopes (2016) nos possibilitam concordar com estas últimas ao indicarem as premissas para a supervisão de estágio nos seguintes termos:

- 1) O processo de supervisão é um dos elementos que possibilitam ao estudante fazer a mediação entre teoria e prática, entre conhecimento teórico e conhecimento sobre o mercado de trabalho, facilitando o processo de compreensão da realidade, tendo em vista uma ação com competência para o atendimento às necessidades da população. Portanto, o estágio e a supervisão de estágio em serviço social são componentes indissociáveis.
- 2) A supervisão de estágio, a qual é, necessariamente, parte intrínseca tanto do processo de formação quanto do processo de trabalho profissional. Desse modo, o estágio é componente curricular facilitador da articulação entre essas duas dimensões, sendo a supervisão elemento fundamental neste processo.
- 3) A supervisão de estágio em Serviço Social como uma atribuição privativa dos assistentes sociais, articulando, desta forma, formação e exercício profissional. (SANTOS, GOMES e LOPES, 2016, 216-217)

Tomando como referência essas premissas, Ortiz (2016), principalmente a última, quando aponta a supervisão como atribuição privativa do assistente social, somente será realizada na medida em que o assistente social supervisor assuma sua função pedagógica em três caminhos: a) a necessidade do supervisor não confundir seu papel com o aluno, não delegar para o aluno atividades estratégicas do serviço, pois descaracterizaria o processo de formação, já que ele não possui todos os instrumentos de amadurecimento no trato das dimensões da profissão; b) existe a necessidade de uma estreita relação entre a supervisão de campo com a sala de aula, ou seja, o supervisor de campo precisa ter conhecimento do currículo pleno e do programa da disciplina estágio afim de existir uma proposição de atividades que levem o aluno a acumular conhecimento e ao amadurecimento intelectual; e, c) a construção de um plano de estágio é uma estratégia, pois possui importância na supervisão de estágio, assim como, o programa da disciplina estágio,

pois tal plano favorece a condução da supervisão, possibilita a avaliação do rendimento e na apreensão dos conteúdos por parte do aluno.

Tais mediações realizadas no interior da Supervisão versarão sobre as particularidades das políticas sociais, do próprio espaço ocupacional e dos segmentos populacionais: criança e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, ou seja, a política de educação superior, a qual forja perfis de profissional adaptados às necessidades do capital e do mercado de trabalho (GUERRA, 2016).

Assim, para atendermos o objetivo de pensarmos o perfil do supervisor de campo e todas as mediações até aqui realizadas, tomamos como referência o perfil do egresso do curso de serviço social, que exercerá a atribuição de supervisor, segundo sua autonomia relativa, pois ele não é obrigado a assumir tal papel.

O perfil do egresso segundo as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social será o:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 2007, p.227)

O perfil traçado pelas Diretrizes nos apresentam indicações que necessitam estar presentes nos supervisores de campo, pois todos os supervisores acadêmicos e de campo passamos pelos bancos universitários e de lá fomos formados para ter um exercício profissional que abarcasse as seguintes competências e habilidades os quais devem fazer parte do aluno em formação:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando

formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (ABEPSS, 2007, p. 227)

Diante do perfil dos profissionais a serem formados e que já estão exercendo a profissão, bem como as habilidades e competências exigidas de todos os profissionais, refletimos até aqui: qual seria o perfil profissional de supervisores de campo que estão supervisionando os futuros egressos da UniRedentor – Paraíba do Sul?

Observamos com a pesquisa empreendida, que os supervisores são profissionais formados em grande maioria após 1996 e conhecedores das legislações profissionais, bem como possuindo como referencial o projeto ético-político da profissão. São profissionais que enfrentam as expressões da questão social como objeto, a partir da precarização do trabalho e das políticas sociais, com a fragmentação que sofre o mundo do trabalho e atinge diretamente o assistente social enquanto trabalhador assalariado. Desta forma, colocando para o supervisor de campo o desafio de qualificar o ensino do exercício profissional em tempos difíceis tanto para o mundo trabalho quanto para o processo de formação, dadas as contrarreformas empreendidas na política de educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui trazidas têm por intuito contribuir para discussão do estágio supervisionado em Serviço Social enquanto parte integrante do processo de construção da identidade profissional, conseqüentemente, a legitimação do Serviço Social enquanto categoria, além de potencializar o debate em torno da temática, visto que o mesmo vem enfrentando inúmeros desafios para sua implementação.

A partir das análises aqui realizadas, tivemos a oportunidade de nos debruçarmos sobre a realidade de trabalho dos assistentes sociais de Paraíba do Sul e Três Rios, aproximando tanto os supervisores de campo quanto as instituições concedentes de estágio, além de problematizar as legislações e normativas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social.

Tal exercício permitiu elucubramos sobre o exercício profissional do assistente social enquanto supervisor de campo de estágio, como uma das

atribuições privativa do assistente social. Discutir com os supervisores de campo sobre quais as facilidades e dificuldades no processo de supervisão, com intuito de fomentar futuros desdobramentos, vislumbrou a possibilidade de propormos estratégias de enfrentamos as lacunas sinalizadas, tais como Encontro de assistentes sociais, Fóruns de Supervisão de Estágio e cursos de Extensão.

Um dado que precisamos relevar é a importância da formação sócio histórica das cidades onde se localizam os espaços ocupacionais, pois ainda há relatos de profissionais que observam o assistente social como a “moça da ajuda”, enquanto estamos em um processo afirmativo que o assistente social é um profissional que luta pelo processo de garantia de direitos sociais dos usuários. Aqui vale afirmar, a necessidade de discutir e apresentar este profissional com um perfil técnico e capacitado para atuar junto as políticas sociais e em vários espaços ocupacionais.

Desta forma, ao mapear os campos de estágio em Serviço Social UniRedentor – Paraíba do Sul e traçar perfil dos supervisores de campo identificamos as demandas desses profissionais sendo possível subsidiar a proposta de cursos de pós-graduação para a cidade e em torno, além de assessorar teórica e metodologicamente os supervisores a partir das necessidades expressas.

Outro elemento fundamental da pesquisa, é resgatar o papel da Seccional do CRESS-RJ- Volta Redonda, para participar do processo de formação continuada, já que existe a política de formação continuada do CFESS. Desta forma, fortalecendo a relação institucional –unidade de ensino/CRESS-RJ.

Vale lembrar que este ano a Política Nacional de Estágio da ABEPSS completa 10 anos e realizar o presente levantamento confirma a importância da política, consolida a atuação dos supervisores de campo no Brasil, mas também na região pesquisada, e aponta para que haja novas investigações que identifiquem demandas e sugestões para ações inovadoras colocadas pelo compromisso do exercício profissional com competência.

Por fim, ressaltamos que a pesquisa demonstrou a relevância do projeto ético-político do Serviço em tempos de retorno do conservadorismo e práticas autoritárias no interior da sociedade e que resvalam na ação profissional do assistente social.

NASCIMENTO, S; BARROS, J. M; MACHADO, R.  
Supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do Assistente Social: uma análise do perfil dos profissionais supervisores de Paraíba do Sul e Três Rios-RJ

\*A pesquisa realizada nesta obra não precisou de financiamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares**. Temporalis, ano VII, n14, jul-dez 2007.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília. ABEPSS, mai-2010.

ABESS/CEDEPSS. "**Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**." In: Cadernos ABESS nº 7. São Paulo: Cortez, p. 58, 1997.

BRASIL. **Lei 11.788**, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008 (Lei de Estágio)

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. **Resolução no. 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília, 2008.

GRESS/RJ. **Assistente Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções Volume I. 5 ed. Rio de Janeiro: GRESS, Revista e atualizada até junho/ 2008.

GUERRA, Yolanda. **O estágio Supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática**: o perfil do profissional em disputa. SANTOS, Cláudia Mônica dos.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócio ocupacionais do assistente social**. CFESS-ABEPSS. Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/tres-rios/panorama>. Acesso em 10.06.2019

IBGE. **Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>. Acesso em 10.06.2019

LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpidio. **A supervisão de Estágio em Serviço Social**: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

NASCIMENTO, S; BARROS, J. M; MACHADO, R.  
Supervisão de estágio enquanto atribuição privativa do Assistente Social: uma análise do perfil dos profissionais supervisores de Paraíba do Sul e Três Rios-RJ

ORTIZ, Fátima Grave. **A Supervisão de estágio como atribuição privativa do assistente social**. SANTOS, Cláudia Mônica dos. LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpidio. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. São Paulo: Xamã, 2008

SANTOS, Cláudia Mônica dos, GOMES, Daniele Cristina Silva e LOPES, Ludmila Pacheco Lopes. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios e estratégias para sua operacionalização. SANTOS, Cláudia Mônica dos. LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpidio. A supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

SOUZA, T. M. C. **Intersubjetividade na formação profissional**: A Experiência do Estágio Supervisionado em Serviço Social no Centro Jurídico Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp/Franca. UNESP. Franca, 2009.

TEIXEIRA, Ezilma. **Aprendendo Nossa Terra - Três Rios**. Três Rios: Editar Editora Associada, 2004.